

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.161.556 - SP (2017/0214173-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL
ADVOGADO : GIOVANI RODRYGO ROSSI - SP209091

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., em que pretende a admissibilidade de recurso especial o qual desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 469):

Agravo de instrumento. Execução fiscal. Levantamento, pelo exequente, de 70% (setenta por cento) do depósito efetuado para garantir o juízo, com base em decisão administrativo lastreada na Lei 10.819/03. Pleito de devolução do montante levantado. Não apreciação pelo juízo de origem porque de cunho administrativo o decisório autorizador do levantamento. Admissibilidade. Inadequação da via eleita pelo executado para pleitear modificação do quanto determinado na seara administrativa. Recurso denegado.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 486/488).

No apelo nobre (e-STJ fls.512/536), o recorrente apontou violação dos arts. 126 e 535, II, do CPC/1973, dos arts. 9º, I e § 4º, e 32, § 2º, da LEF e dos arts. 1º, § 2º, e 2º, I, da Lei 10.819/2003. Sustentou, em resumo, que: *(i)* o acórdão recorrido é nulo, porquanto não foram sanadas as omissões suscitadas nos embargos de declaração; *(ii)* houve negativa de prestação jurisdicional pelo magistrado de primeiro grau e pelo Tribunal de origem ao deixarem de analisar a regularidade do levantamento realizado pelo município recorrido de parte (70%) dos depósitos judiciais efetuados para garantia do juízo da execução; *(iii)* a autorização de depósitos judiciais não pode ocorrer na via administrativa, porquanto depende de expressa autorização do juízo para o qual destinado; *(iv)* a liberação desses depósitos somente pode ocorrer depois do trânsito em julgado da decisão judicial desfavorável ao contribuinte; *(v)* não estão preenchidos os pressuposto legais para o levantamento exigidos pela Lei 10.819/2003, visto que o pedido foi postulado pessoalmente pelo prefeito e não por procurador do município e o fundo de reserva municipal não foi instituído por lei, mas por decreto.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 541).

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender incidente o óbice da Súmula 211 do STJ (e-STJ fl. 542), fundamento esse com o qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 551/556).

Sem contra minuta (e-STJ fl. 568).

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, cumpre salientar que o recurso especial obstado se origina de agravo de instrumento interposto pelo banco agravante contra decisão do magistrado de primeiro grau que não conheceu do pedido de restituição dos depósitos judiciais levantados pelo município agravado com base na Lei 10.819/2003 ao fundamento de que a ordem de levantamento não partiu do juízo da execução fiscal. Confira-se (e-STJ fls. 221 e 230):

Não houve nestes autos qualquer autorização ou determinação de levantamento de importância depositada, razão porque, eventual restituição não cabe ser aqui discutida.

.....
Recebo os embargos porque interpostos no prazo legal, mas nego-lhes provimento.

Com efeito, conforme se pode verificar da consulta destes autos, não houve determinação ou expedição de levantamento de guia para levantamento da importância que foi depositada em conta judicial.

Se o levantamento se deu de forma administrativa por força da Lei 10.819/03, não é nestes autos que este Juízo deverá tomar qualquer providência, a não ser que, por ocasião de eventual levantamento a ser determinado, o valor depositado não estiver disponível.

Em sede de agravo de instrumento, o TJ/SP manteve a decisão de primeira instância, com a seguinte motivação:

Conforme já anotado no agravo de instrumento 508.428-5/5-00 (fls. 389/392), o decisório autorizador do levantamento de 70% (setenta por cento) da quantia depositada para garantir o juízo da execução fiscal é de cunho administrativo. Daí por que inadequada a via eleita pelo executado para pleitear a devolução do montante levantado pelo município (folhas 168).

Não se trata de específica autorização de levantamento de parte do dinheiro depositado na execução em que o agravante figura no polo passivo da relação processual, mas de liberação de 70% (setenta por cento) das quantias depositadas, para garantia do juízo, em todas as execuções fiscais promovidas pelo município de Santa Fé do Sul. Tal decisório, na verdade, foi prolatado na esfera administrativa, em procedimento que tramita na Corregedoria Permanente do Primeiro Ofício Judicial de Santa Fé do Sul, conforme de vê dos documentos de folhas 372/385.

Impede reconhecer, em tal contexto, inadequada a via eleita pelo executado para pleitear modificação do quanto determinado na seara administrativa. Outra via impugnativa haveria de ser utilizada, que não cabe ao juízo da execução deliberar a respeito da matéria, ao menos enquanto não transitar em julgado a sentença proferida nos embargos do devedor (art. 32, § 2º, da Lei 6.830/80).

Em suma: ao decisório "a quo" não se pode pôr emenda.

Posto isso, nega-se provimento ao agravo.

Pois bem.

O acolhimento de recurso especial por violação do art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado acerca de questão relevante para a solução do litígio, o que não ocorreu na espécie.

Como se observa, as instâncias ordinárias deixaram claro que a ordem de levantamento dos depósitos judiciais em favor do munício exequente com base na Lei 10.819/2003 foi tomada no âmbito administrativo, mais precisamente em procedimento que tramita na Corregedoria Permanente do Primeiro Ofício Judicial de Santa Fé do Sul, de modo que o juízo da execução não tem competência para desfazer referido ato, o qual deve ser objeto de impugnação por via processual própria.

Afasto, pois, a alegada violação do art. 535 do CPC/1973.

Já o ventilado art. 126 do CPC/1973 não possui comando normativo apto à modificação do acórdão recorrido, uma vez que o presente caso está longe de configurar a hipótese de indevida negativa de prestação jurisdicional motivada por lacuna ou obscuridade da lei, visto que houve efetiva decisão da Corte estadual no sentido de que não cabe ao juízo da execução fiscal rever provimento administrativo emanado da Corregedoria. Incide, pois, no particular, o óbice de conhecimento estampado na Súmula 284 do STF.

O reconhecimento acerca da incompetência do juízo da execução e da consequente inadequação da via eleita prejudicará o exame as questões meritórias ventiladas pelo banco agravante, de sorte que os suscitados arts. 9º, I e § 4º, e 32, § 2º, da LEF e arts. 1º, § 2º, e 2º, I, da Lei 10.819/2003 não foram efetivamente analisados no acórdão recorrido, carecendo o recurso especial em relação a esses dispositivos do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 211 do STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO (art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator